

QUANDO O “DIÁLOGO” É A VIOLÊNCIA*

HELENA SINGER**

Com uma pesquisa exaustiva sobre o movimento estudantil nos anos 60 no Brasil, este livro – originalmente uma dissertação de mestrado de Maria Ribeiro do Valle junto ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Unicamp – nos faz pensar que a violência é a marca das relações entre os movimentos comprometidos com as transformações sociais no país e os governos historicamente comprometidos com a manutenção da desigualdade social, não só nos anos 60, mas ainda hoje.

A originalidade da pesquisa encontra-se na forma de tratar o objeto empírico: o noticiário da grande imprensa relativo ao movimento estudantil e periódicos selecionados da imprensa estudantil no ano de 1968. É original porque, ao contrário do que faz a maior parte dos trabalhos que se baseiam neste tipo de material, as notícias não são tratadas como simples fontes de dados, mas, sim, como manifestações de um embate, de confrontos entre posições divergentes que se explicitam na seleção e no modo de apresentação dos fatos. Conhecemos assim os confrontos não só entre movimento estudantil e ditadura militar, mas também entre as diferentes correntes políticas no interior do movimento, entre alguns órgãos da grande imprensa e governo, entre outros órgãos da imprensa e os estudantes. As posições não são estáticas nem homogêneas.

O golpe de 31 de março de 1964 instaurara no país um regime ditatorial, caracterizado pela centralização do poder e operacionalizado por meio de leis de exceção. O regime militar, em princípio, viria apenas dissipar o “perigo vermelho” anunciado pela revolução cubana

* VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência*: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

** Diretora de educação da Fundação Semco, doutoranda em Sociologia pela USP e membro do Instituto de Estudos em Direitos, Políticas e Sociedades (IEDIS).

e, no Brasil, pelas Ligas Camponesas, pela agitação estudantil e pelo alto grau de mobilização que vinham ganhando as forças de esquerda em torno de questões sociais, a exemplo do que estava ocorrendo em outros países da América Latina, como Argentina e Chile. Patrocinados pelos Estados Unidos e amparados pelos setores mais conservadores da sociedade, os militares tomaram então o poder para “por ordem na casa”. Os partidos políticos reduzidos a dois – a Aliança para Renovação Nacional (Arena), da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de uma oposição muitíssimo moderada.¹ Estes são os antecedentes dos quatro momentos que tornaram o ano de 1968 tão marcante e que são analisados em profundidade por Ribeiro do Valle.

O primeiro deles aconteceu no dia 28 de março: a morte do estudante Édson Luís. O rapaz foi morto durante choque da Polícia Militar com os estudantes que participavam de uma manifestação da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) no Rio de Janeiro. O motivo imediato do protesto estudantil parecia consideravelmente modesto – o aumento do preço da refeição e as obras inacabadas do restaurante. Contudo, o confronto inseria-se de fato em uma série de outros que antagonizavam o movimento estudantil e o governo desde o golpe militar: a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) em 1964; a realização de congressos e outras atividades clandestinas pelas entidades extintas a partir de 1965; a proibição de funcionamento da UNE mesmo como associação civil em 1966; protestos dos “excedentes” (candidatos aprovados no vestibular, mas que não ingressavam nas universidades públicas por falta de vagas) violentamente reprimidos; protestos igualmente reprimidos contra o acordo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a United States Agency for International Development (USAID) e o relatório do norte-americano Rudolph Atcon, que visavam uma modernização autoritária da universidade; subordinação do MEC à Secretaria Geral do Conselho de Segurança, explicitando a disposição do governo para a militarização do “problema estudantil”.

Esta é a cadeia de eventos conflituosos em que se insere a morte do estudante Édson Luís, assassinado por um tiro disparado por um oficial da Polícia Militar. Segundo a versão das lideranças estudantis trazida por Ribeiro do Valle, quando os policiais entraram no restaurante, os estudantes revidaram com pedras e paus e, então, o general encarregado da operação determinou que os policiais avançassem empunhando suas armas, surrando os jovens e terminando não só por matar

o garoto de 18 anos, como ainda ferir mais duas pessoas. “A violência então praticada pelos estudantes aparece, deste ponto de vista, como revide à invasão policial” (p. 43). A versão dos policiais é, conforme esperado, exatamente a oposta: a violência dos policiais foi uma resposta à agressividade dos estudantes. Neste embate, a posição assumida pela grande imprensa é a da eterna busca dos “culpados”, conforme descreve a autora. “A grande imprensa consultada, ao noticiar o episódio da morte de Édson Luís, caracterizando-o como conflito entre estudantes e a polícia, está, em linhas gerais, centrada na discussão sobre os ‘culpados’ pela utilização da violência” (p. 46). Entretanto, há distinções importantes: a revista *Veja*, criada naquele ano, atribuiria, em suas matérias retroativas sobre o episódio, a culpa à polícia; o jornal *Correio da Manhã* culpava a polícia e as autoridades civis e militares responsáveis por sua ação; a revista *Visão* culpava a polícia e os estudantes. Estes posicionamentos manter-se-iam em relação a todos os confrontos entre estudantes e governo naquele ano.

É em meios aos protestos pela morte de Édson Luís que se explicitam as divergências no interior do movimento estudantil: o lado liderado por Vladimir Palmeira defende que os protestos se restrinjam à “luta específica”, às questões que afetam diretamente os estudantes, ao passo que o lado liderado por Luís Travassos defende o engajamento dos estudantes na luta contra o imperialismo americano e a ditadura militar. A questão também se coloca para estes estudantes em termos de culpabilização: “Os estudantes chegam, portanto, à conclusão dos culpados pela morte de Édson Luís: os políticos oportunistas que elegeram Negrão de Lima para o governo do estado, o presidente Costa e Silva e sua ‘política americana antiestudante’ e o militarismo norte-americano” (p. 61).

O velório de Édson Luís é igualmente reprimido pela polícia, mas a repressão parece estimular mais protestos e o enterro do jovem torna-se a maior mobilização popular desde o golpe, reunindo mais de 50 mil pessoas. Do enterro até a missa de sétimo dia, os protestos espalham-se por vários estados, sendo sempre reprimidos. A posição assumida pelas revistas *Veja* e *Visão* é contrária à “ideologização do movimento estudantil” e à utilização da violência tanto por estudantes quanto pela polícia. Já o governo Costa Silva ampara a repressão aos protestos no discurso da “normalidade democrática”. Algumas entidades estudantis atribuem a violência dos protestos a “provocadores infiltrados” no movimento e legitimam um outro tipo de violência, “em linhas gerais, a violência como resistência” (p. 55).

A autora ressalta que, apesar do movimento estudantil ter interpretado a adesão popular aos protestos como revolta contra o governo, é mais provável que a revolta popular tenha se limitado à morte do jovem, já que os apelos dos estudantes contra o imperialismo e a ditadura não lograram maior adesão.

Estas são as questões primordiais que Maria Ribeiro do Valle analisará ao longo de todo o livro: a violência no centro da dinâmica dos acontecimentos, as divergências no interior do movimento estudantil quanto ao alcance de sua luta e o tipo de violência legitimado, a repressão crescente ao movimento e seu isolamento também crescente em relação à população, o discurso da normalidade institucional amparando a repressão violenta, as críticas à “ideologização” do movimento.

O segundo episódio analisado pela autora ficou conhecido como “Sexta-feira sangrenta”. O governo propunha um “diálogo” com os estudantes, o que era apoiado por algumas correntes dentro do movimento e rechaçado por outras. No dia 21 de junho, atendendo à solicitação do ministro da Educação, Tarso Dutra, os estudantes compareceram ao MEC, mas sob a forma de protesto, que foi violentamente reprimido pela polícia, deixando claro que o “diálogo” proposto pelo governo teria que sempre vir entre aspas. Desta vez, a população engrossou o lado dos estudantes. A autora ressalta os adjetivos utilizados pela imprensa para descrever as conseqüências desta adesão: “A adesão popular aos estudantes acaba em um episódio ‘sangrento’. ‘Batalha campal’, ‘guerrilha urbana’, ‘escalada’, ‘insurreição popular’, substantivos utilizados com freqüência nos relatos que buscam transmitir a dimensão atingida pelas cenas de violência” (p. 105). Como sempre que “as massas” entram em cena, também não faltaram as referências à espontaneidade e à imprevisibilidade. “Policiais ‘sem comando’ e população agindo ‘espontaneamente’ expressam a imprevisibilidade de uma ‘guerra’” (p. 106).

A questão da direção das “massas” passa a dominar o debate. Alguns dias depois da “Sexta-feira sangrenta”, os estudantes organizam nova manifestação, à qual comparecem cem mil pessoas. A chamada “Passeata dos Cem Mil”, que não é reprimida, leva os estudantes a debater o papel das “massas” na política. “A tendência liderada por Vladimir Palmeira assume publicamente o papel do ME de ‘educar e organizar a massa’ para utilizar a violência no ‘momento certo’: a ‘educação das massas para a violência’, ‘a violência para transformar o país’, a necessidade de criação de um ‘exército revolucionário’” (p. 113-114).

O terceiro episódio analisado é o da “Guerra da Maria Antônia”. O regime ia aos poucos endurecendo e, segundo a autora, criando fatos que justificassem este endurecimento. O movimento estudantil se mantinha dividido: a corrente de Palmeira propunha o fim das manifestações, ao passo que a de Travassos queria responder à violência com violência. A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, situada na rua Maria Antônia, havia se tornado território dos estudantes de esquerda.² Do outro lado da rua estava a Universidade Mackenzie, reduto de estudantes de direita apoiados pela reitora Maria Esther de Figueiredo Ferraz e organizações como o Comando de Caça aos Comunistas, entre outras. A batalha entre ambas as universidades ocorreu no dia 2 de outubro, durou três horas, deixando um estudante morto e vários estudantes feridos. A Guarda Civil interveio, com 70 homens, ocupando os jardins da Mackenzie.

Mais uma vez, várias são as versões para os fatos: os estudantes da USP atribuíram a morte do rapaz aos grupos da Mackenzie que, por sua vez, responsabilizam os da USP pelo confronto; para o governo, o evento foi um episódio de brigas entre estudantes; segundo o *Correio da Manhã*, a Guarda Civil foi conivente com a Mackenzie; já o *Jornal da Tarde*, a *Folha de S. Paulo* e a *Veja* enfatizavam que os “uspianos” iniciaram o confronto e consideravam que a Guarda Civil conseguiu por fim ao mesmo. Entre os órgãos da imprensa paulista, a “busca dos culpados pela violência é feita entre os próprios estudantes e não entre a polícia e o ME. [...] A presença da polícia, para os jornais em questão, além de não gerar violência, põe fim àquela desencadeada pelos estudantes” (p. 180).

O último episódio analisado no livro é o do XXX Congresso da UNE. A entidade havia organizado um congresso clandestino em Ibiúna, ao qual compareceram mais de mil estudantes. Dado o tamanho do evento, manter a clandestinidade tornou-se impossível e a polícia acabou com o Congresso, prendendo centenas de estudantes, inclusive vários líderes que estavam sendo procurados havia muito tempo. Deste episódio, *Jornal da Tarde*, *Folha de S. Paulo* e *Veja* enfatizavam as armas apreendidas e os supostos vínculos das “ações terroristas” com o movimento estudantil em contraste com a ação “não-violenta” da polícia. A *Veja* chegava a mostrar alívio pela prisão dos líderes. Já os órgãos da imprensa estudantil enfatizavam as delações e as falhas na organização. Na versão do governo, o movimento estudantil era instrumento de forças externas. Setores da sociedade civil – com destaque para os pais dos estudantes – mais uma vez se solidarizaram

com os estudantes, realizando manifestações, greves e protestos contra as prisões. E, mais uma vez, as manifestações são reprimidas, ocorrendo novas mortes. As divergências na grande imprensa se mantinham: o *Correio da Manhã* culpando a violência policial em contraste com a *Folha de S. Paulo*, que justifica a repressão como resposta à violência estudantil.

É neste clima que, em dezembro, os mais aguerridos do Exército, os da chamada “linha dura”, passaram a dominar o governo, declarando o fechamento definitivo do regime, por meio do Ato Institucional nº 5: o movimento estudantil é totalmente reprimido e a imprensa censurada. A partir daí, intelectuais, artistas e políticos serão exilados e, contra os militantes políticos, sobretudo os envolvidos na luta armada, adotar-se-ão prisões arbitrárias, torturas e execuções sumárias.³ A conclusão da autora é de que o ingresso na luta armada foi a única possibilidade restante ao movimento estudantil, dado que a mobilização das massas já não era mais possível.⁴ A luta armada foi o fruto do diálogo impossível entre o movimento estudantil e a ditadura militar.

Maria Ribeiro do Valle abre o seu livro com três citações. Uma delas é do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1997: “A sociedade brasileira exige um basta a esse clima de baderna. A sociedade não quer a desordem”. O Presidente se referia aos manifestos do Movimento dos Sem Terra que veio, de alguma forma, ocupar o lugar do movimento estudantil no cenário político da redemocratização. A autora não desenvolve, mas a sugestão é clara: um presidente democraticamente eleito usando os mesmos argumentos que os militares utilizavam trinta anos antes para justificar a repressão política. Há muitas outras continuidades nos discursos do governo e da imprensa, não só em relação ao MST. Hoje em dia, quando a violência é atribuída ao tráfico, ouvimos ecos daquele “trata-se de brigas entre eles”, sejam “eles” estudantes ou traficantes. E a polícia sempre idealizada como agente apaziguador. O convite implícito de Maria Ribeiro do Valle é para o lembrar de outros contextos, a fim de redimensionar e reavaliar posicionamentos deste tipo.

Recebido para publicação em fevereiro de 2001.

Notas

1. Sobre o contexto: CARDOSO, Irene, A dimensão trágica de 68. *Teoria & Debate*, nº 22, 1993, p. 59-64; MARTINS FILHO, João Roberto (Org.), *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras/UFSCar/FAPESP, 1998; PERRONE, Fernando, *Relatos de guerra: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988; VENTURA, Zuenir, *1968 – O ano que não terminou: A aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, 1988.
2. Ver CARDOSO, Irene, Maria Antônia – a interpretação de um lugar a partir da dor. *Tempo Social* 8 (2), 1996, p. 1-10; SANTOS, M.C.L. dos (Org.), *Maria Antônia: Uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
3. Sobre os desdobramentos do regime: COELHO, Cláudio N.P., *Os movimentos libertários em questão*. A política e a cultura nas memórias de Fernando Gabeira. São Paulo: Vozes, 1987; COELHO, Cláudio N.P., A transformação social em questão: As práticas sociais alternativas durante o regime militar. Tese de doutorado em Sociologia pela FFLCH/USP, São Paulo, 1990; SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz & Terra, 1988.
4. Sobre a mesma questão: GORENDER, Jacob, *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.